

REVISÕES ACERCA DOS ATUAIS MODELOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES.

Almir Neto

O mundo atual é cercado de problemas, paradigmas, e questões que cabem a cada um dos setores responsáveis por eles tentar construir cientificamente algo sólido que possa resolver os problemas apresentados. Na área da Educação um dos maiores problemas que se evidencia na atualidade se refere ao fator avaliação, surgem diversos questionamentos como: Será que estamos avaliando corretamente? A avaliação está atingindo os pressupostos que estão sendo buscados? Avalia-se conforme o conhecimento ou de modo quantitativo? Até onde a avaliação está sendo útil? Essas e outras inúmeras questões decorrentes da problemática envolvendo a avaliação na escola são levantadas por diversos autores, em diversos tempos e nos mais variados lugares.

É possível entender que a avaliação é uma atribuição da escola e dos professores para o bom desempenho do trabalho pedagógico, por meio de ferramentas que possam dar ao docente meios de planejar o ato educativo. Ela vai se constituir de elementos que darão ao docente uma visão geral de como anda o processo ensino-aprendizagem e de retorno de suas práticas, para saber se estão dando certo ou não. A valoração que aí se estabelece não se reduz a formas numéricas, pois compreende ações de promoção de desenvolvimento construtivo sócio pessoal.

Vê-se então que a avaliação é algo que está além da mera atribuição de nota. Ela faz parte de todo o bojo do trabalho do professor na escola para buscar dar ao aluno meios e ferramentas de sobrepor um conhecimento antigo atingindo um novo nível de desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Contudo, ainda se verifica que nas escolas o modelo aplicado não é necessariamente aquele que vai ao encontro das necessidades educativas do educando, pois ele ainda é pautado no modelo burocrata, que busca a todo instante atingir objetivos propostos por órgãos e organizações educacionais que tentam classificar o nível de desenvolvimento educacional de um país de modo numérico, racional e metódico.

O modelo de avaliação escolar é o da aquisição do conhecimento, confirmada burocraticamente; na escola, é a burocracia que sustenta a doutrinação que visa ao controle da vida das pessoas. Ainda que eliminada a obrigatoriedade de comprovação do alcance desse conhecimento por meio da prova, torna-se necessária a imposição de outros instrumentos de controle, já a confirmação burocrática não pode sair de cena. (MUNDIM NETO, 2017, p.76).

Os modelos de avaliação atuais deixam de considerar que, no caso do Brasil, um país de extensões continentais, ocorre uma multiplicidade de fatores sociais, econômicos, ambientais, dentre outros que vão alterar a maneira como o indivíduo é avaliado. Outras propostas de avaliação deveriam representar alternativas ao modelo engessado e enraizado de provas quantitativas amplamente utilizados no sistema educacional brasileiro para medir o conhecimento dos Estudantes sem saber se de fato eles aprenderam. Contudo, verificam-se

(...) propostas de avaliação que são criadas como se representassem alternativa a um modelo em que o objeto “prova” reina absoluto. Mudam-se os instrumentos mas permanece a Ideologia, revestida de outra prescrição, a do trefismo sem fim: são trabalhos, exposições, feiras de ciência, festas, comemorações que serão transformados em notas ou relatórios, ambos espectros do indivíduo ali enquadrado. (MUNDIM NETO, 2017, p.86).

No sistema de avaliação encontrado dentro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, há um dispositivo que diz que cada escola pode organizar as suas provas como for melhor para a sua realidade, mas na grande maioria ainda se mantem a prova específica aplicada pelo professor na figura de promoções, provas que são baseadas no sistema Iluminista de avaliação.

No tocante aos processos de avaliação conduzidos nas escolas, dentro do que é estabelecido pela SEEDF, cada uma delas organiza suas provas de forma ligeiramente diferente. Em ambas há a prova específica, aplicada pelo docente responsável pelo componente curricular avaliado, assim como há a figura de um provão ou uma prova multidisciplinar. (SOUZA, 2017, p.129).

Esses sistemas de avaliação ainda tornam a educação brasileira algo de difícil discussão no que concerne à mudanças, pois continuam pautados no sistema bancário, amplamente combatido por educadores como Paulo Freire. O educador criticava fortemente a necessidade que existia em os estudantes terem que decorar conteúdos para depois realizar provas, nas quais bastaria que eles relembassem os conteúdos e não aprendessem de fato. Paulo Freire falava também sobre a importância de os estudantes levarem para suas vidas a relevância de se conhecer as possibilidades de mudá-la por meio da educação.

Em suma, a educação bancária denunciada por Freire (1998) em meados do século passado ainda vive, e é alimentada nos cotidianos das salas de aulas. Enquanto isso, estudantes minimamente questionadores são mal vistos por algumas pessoas. Dessa forma, seguimos delimitando comportamentos e reproduzindo informações redundantes. (SOUZA, 2017, p.148).

Posto isso, as críticas aos modelos de avaliação devem existir, sempre pautadas na ciência e na pesquisa, para que seja possível encontrar modos de avaliar o estudante não pelo que ele decorou, mas sim pelo que ele aprendeu. Sabe-se atualmente que as pessoas não possuem apenas um tipo de inteligência, mas conhecimentos múltiplos que irão lhe possibilitar demonstrar habilidades nas mais variadas formas de expressão humana.

Essa multiplicidade de possibilidades de aprendizagem desenvolvida pelo ser humano deve ser levada em conta na sociedade da informação. No passado, talvez não houvesse notícias acerca de tal questão, mas hoje, com a disseminação de fontes informativas e de conhecimento, sabe-se que a escola precisa superar o modelo hegemônico adotado desde muito tempo, aplicando e buscando maneiras de superar as suas dificuldades. Isso pode começar a ser discutido a partir do momento em que a comunidade escolar passe a se conscientizar da necessidade de mudança, caso contrário, continuará a existir um jogo de poderes entre os agentes partícipes da educação. Tal conscientização poder fazer com que os fracassos da escola não recaiam sobre uma parte da comunidade, mas auxiliar que todos sejam responsabilizados e estejam cientes da necessidade de mudança.

REFERÊNCIAS

MUNDIM NETO, J. F.. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA, J. M. E.. **ESCOLA! CUIDADO CRIANÇAS: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora.** 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.